



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO  
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COMPLEMENTARES**

**Escola:** \_\_\_\_\_

**Estudante:** \_\_\_\_\_

**Componente curricular:** História

**Período:** 01/06/2021 a 28/06/2021

**Etapa:** Ensino Fundamental II

**Turma:** 8º ano

- As atividades das APCs serão adequadas de acordo com a limitação e necessidade de cada estudante pelo professor (a) de Apoio e Supervisão do Departamento de Coordenação de Educação de Inclusão Social.

**CADERNO 4**

**AULA 1 e 2 –** Livro didático de História “História Sociedade & Cidadania”, páginas 121 a 124 com o tema “*A Chegada da Família real e a emancipação política do Brasil*”. (Texto transscrito abaixo, para alunos que não possuem o livro didático)



**A Chegada da Família real e a emancipação política do Brasil**

**A vinda de D. João para o Brasil**

Sabe-se que o imperador francês Napoleão Bonaparte construiu, com seus soldados, um grande império. Sabe-se também que, durante seu governo, ele decretou o Bloqueio Continental, proibindo os países europeus de comerciarem com a Inglaterra. E sabe-se, ainda, que o príncipe português D. João desobedeceu a essa proibição e, por isso, as tropas de Napoleão invadiram Portugal, precipitando a vinda da família real para o Brasil. D. João se mudou protegido pela marinha inglesa e acompanhado de 10 a 15 mil pessoas. Em janeiro de 1808, ele e sua comitiva chegaram a Salvador, na Bahia; e, pouco tempo depois, desembarcaram no Rio de Janeiro. Com a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, o eixo político e econômico do Império português, antes situado em Portugal, deslocou-se para o Brasil.

**A interiorização da metrópole**

Com a mudança da Corte para o Brasil, o Rio de Janeiro substituiu Lisboa como cabeça do Império português. Durante sua permanência no Rio, D. João e sua Corte estabeleceram uma aliança com a elite de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essa aliança se deu por meio de negócios entre eles envolvendo terras e comércio de abastecimento (alimentos, ferramentas, tropas de muares trazidas do Sul, entre outros). Deu-se também por meio de casamentos com famílias locais e de empregos concedidos por D. João aos membros dessa elite. Essas relações sociais e mercantis com a elite do Centro-Sul levaram ao enraizamento da Corte portuguesa e ao seu desejo de permanecer no Brasil, fenômeno que a historiadora Maria Odila Dias chamou de interiorização da metrópole.

**A abertura dos portos**

Dias depois de sua chegada, D. João ordenou a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas. Qual o significado dessa abertura? Para o governo português não havia alternativa, pois Portugal estava ocupado pelas tropas francesas; além disso, a Corte portuguesa no Rio queria continuar se abastecendo de mercadorias importadas. Para o Brasil, a abertura dos

portos significou o fim do exclusivo comercial metropolitano (isto é, do controle do comércio do Brasil pelos portugueses) e a liberdade de comerciar com outros países. Para a Inglaterra, a abertura também foi vantajosa, pois agora poderia vender suas mercadorias diretamente para o Brasil.

## O Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra

Logo que se instalou no Rio de Janeiro, D. João autorizou a criação de indústrias no Brasil. Essa autorização, no entanto, não teve o resultado esperado devido à falta de capital e à dificuldade de concorrer, em preço e qualidade, com produtos estrangeiros, sobretudo os ingleses. Ainda mais depois que D. João assinou com a Inglaterra o Tratado de Comércio e Navegação (1810), extremamente favorável aos interesses ingleses. O principal artigo desse tratado dizia que, para entrar no Brasil, as mercadorias inglesas deveriam pagar um imposto de 15%, as portuguesas, de 16%, e as de outras nações, de 24%. Pagando impostos menores, os produtos ingleses podiam ser vendidos no mercado brasileiro a preços mais baixos que os de outras nações. Com a abertura dos portos e o Tratado de 1810, dezenas de navios entraram nos portos brasileiros; traziam tecidos, caixões mortuários, ferragens, louças, pentes, além de produtos desnecessários, como carteiras para notas (no Brasil só havia moedas). Mercadorias inglesas de luxo, como candelabros, louças e cigarreiras, inundaram o Rio de Janeiro.

## A administração joanina

Com a vinda de D. João, a cidade do Rio recebeu uma série de melhorias: sua área foi ampliada, abriram-se vias públicas para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias e as casas ganharam janelas envidraçadas que permitiam a entrada de luz; por influência inglesa, os mais ricos fizeram jardins ao redor de suas casas e passaram a comer com garfo e faca. Além disso, o governo de D. João foi responsável por importantes realizações, entre as quais cabe citar:

<b>1808</b>	Imprensa Régia, que publicou o primeiro jornal no Brasil, a <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> Banco do Brasil, primeiro banco brasileiro Real Horto, atual Jardim Botânico
<b>1810</b>	Academia Militar e da Marinha Real Biblioteca, atual Biblioteca Nacional
<b>1813</b>	Real Teatro de São João
<b>1816</b>	Academia Imperial de Belas-Artes, atual Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>1818</b>	Museu Real, atual Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Enraizado no Rio de Janeiro e interessado em permanecer, em 1815 D. João elevou o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves. No ano seguinte, com a morte da mãe, dona Maria I, tornou-se rei, com o título de D. João VI. Ainda durante a governo do D. João, assistiu-se à chegada da Missão Artística Francesa, um grupo de professores, arquitetos, músicos, escultores e pintores, entre os quais estavam os pintores Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret.

- Após fazer a Leitura e interpretação do texto. Responda a questão do livro didático do número 1 da página 131.

01) Monte uma ficha sobre a transferência da família real para o Rio de Janeiro levando em conta:  
a) o motivo da vinda;

---



---

b) que papel o Rio de Janeiro passou a desempenhar;

---



---

c) principais realizações do governo de D. João no Rio de Janeiro.

## **AULA 3 e 4 – Avaliação Bimestral de História.**

**AULA 5 e 6 -** Livro didático de História “História Sociedade & Cidadania”, páginas 126 e 129 com o tema “*Insurreição Pernambucana (1817)*”. (Textos transcritos abaixo, para alunos que não possuem o livro didático)



### **Insurreição Pernambucana (1817)**

Sabe-se que o governo de D. João fez muitas melhorias na cidade do Rio de Janeiro e ofereceu emprego e apoio à elite do Centro-Sul, mas isso tudo a um custo muito alto: os habitantes das terras brasileiras tiveram de pagar cada vez mais impostos, o que gerou uma insatisfação generalizada no país. O Rio de Janeiro passou a ser visto como centro de poder que oprimia as demais províncias. Em Pernambuco, além de reclamar dos impostos, a população criticava o controle dos portugueses sobre o comércio varejista e a preferência dada a eles quando havia promoção de militares. Em 1816, a insatisfação na província cresceu devido a uma seca que prejudicou a produção agrícola, gerando aumento no preço dos alimentos e fome nas cidades. No ano seguinte, nesse ambiente tenso, os rebeldes pernambucanos rebelaram-se, expulsaram de Pernambuco o governador e proclamaram uma república separada de Portugal e do Rio de Janeiro. A seguir, formaram um governo provisório com pessoas de diferentes grupos sociais: o comerciante Domingos José Martins, o padre João Ribeiro, o capitão Domingos Teotônio Jorge, o advogado José Luís de Mendonça e o senhor de engenho Manoel Correia de Araújo. Ao saber que Recife tinha agora um governo republicano, paraibanos, potiguaras e cearenses também tomaram o poder em suas províncias, passando a se autogovernar. Os rebeldes tentaram sem sucesso conseguir também o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

O novo governo de Pernambuco:

- criou uma bandeira própria;
- aboliu vários impostos;
- aumentou os salários dos soldados;
- adotou a liberdade de imprensa e a tolerância religiosa (embora a religião católica fosse a oficial).

Os líderes da rebelião de 1817 concordavam quanto ao fim do domínio português, mas discordavam quanto a extinguir a escravidão, fato que enfraqueceu o movimento. A República Pernambucana durou apenas 74 dias: o governo de D. João VI enviou soldados e navios de guerra que reprimiram e venceram a rebelião. Comerciantes portugueses e proprietários de terras ajudaram na repressão, pois temiam o haitianismo, isto é, tinham medo de levantes bem-sucedidos de escravizados, como o dos que conseguiram a liberdade e independência no Haiti, em 1804. Com isso, restabeleceu-se a antiga ordem social e étnica, que privilegiava os brancos e ricos de Pernambuco e discriminava pobres, mestiços e negros. As penas dadas aos líderes de 1817, como Domingos José Martins e o carmelita Miguel Joaquim de Castro, seguiram o modelo do Antigo Regime: morte na força por crime de lesa-majestade. A rebelião foi vencida, mas os pernambucanos acumulavam um trunfo: Pernambuco foi a primeira província do Império português a declarar sua independência.

### **A Revolução Liberal do Porto**

Enquanto D. João VI e sua comitiva desfrutavam de privilégios no Rio de Janeiro, os portugueses que tinham ficado em Portugal reclamavam do absolutismo, da perda do monopólio do comércio brasileiro e da ocupação militar inglesa. Essa insatisfação explodiu, em 1820, em um movimento conhecido como Revolução Liberal do Porto ou Vintismo. Os revolucionários portugueses convocaram eleições para as Cortes Constituintes. A maioria dos deputados das Cortes decidiu que

D. João VI devia voltar imediatamente para Portugal e com seus poderes limitados por uma Constituição. No Brasil, a elite do Centro-Sul estava dividida em dois grupos políticos: membros de importantes famílias fluminenses e mineiras, como José da Silva Lisboa, apoiavam a volta de D. João VI para Portugal e a organização de um império independente no Brasil governado pelo príncipe D. Pedro. Já o outro grupo, liderado pelo comerciante fluminense Joaquim Gonçalves Ledo e pelo português José Clemente Pereira, era favorável a que o Brasil continuasse fazendo parte do Império português, porém com mais autonomia. Pressionado pelas Cortes portuguesas, D. João VI resolveu voltar para Portugal. Antes disso, porém, deixou seu filho Pedro como príncipe regente do Brasil e, assim, garantiu para sua família o governo do rico território brasileiro.

### A emancipação política do Brasil

A permanência no Brasil de um herdeiro do trono português desagradou às Cortes portuguesas, que começaram a exigir a volta de D. Pedro para Portugal. Reagindo a isto, a elite do Centro-Sul do Brasil iniciou um movimento para convencer D. Pedro a ficar. No ano de 1822, a disputa de poder entre essas duas forças políticas teve momentos decisivos. Em 9 de janeiro, D. Pedro recebeu um manifesto com mais de 8 mil assinaturas pedindo que ele ficasse no Brasil, e ele concordou em ficar.

O episódio é conhecido como o Dia do Fico. Em 4 de maio, D. Pedro determinou que qualquer ordem vinda de Portugal só seria obedecida com o seu “cumpra-se”. Em 10 de agosto, D. Pedro assinou um decreto que declarava inimigas as tropas militares enviadas de Portugal sem o seu consentimento. Com isso, ia ganhando corpo, entre a elite do Centro-Sul brasileiro, a ideia de independência. Em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo, D. Pedro recebeu duas cartas: uma das Cortes portuguesas e outra de José Bonifácio.

A carta das Cortes anulava seus atos no Brasil e ameaçava fazê-lo regressar à força. Seu objetivo era que o Brasil voltasse a ser Colônia. A carta de José Bonifácio dizia que ou D. Pedro voltava para Portugal como prisioneiro das Cortes ou proclamava a independência. D. Pedro escolheu romper com Portugal, fato conhecido como “Grito do Ipiranga”; o Brasil conseguia assim sua emancipação política. A emancipação política do Brasil foi liderada pela elite do Centro-Sul (sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), interessada em manter a liberdade de comércio, ampliar a autonomia administrativa e conservar seus privilégios. Isto ajuda a explicar por que o projeto de independência vitorioso manteve a monarquia, a escravidão e as restrições ao exercício da cidadania

- Após fazer a leitura e interpretação do texto. Responda as atividades abaixo.

1) Quais as causas da Insurreição Pernambucana?

---



---



---



---

2) Quais as medidas adotadas pelo novo governo de Pernambuco?

---



---

3) Durante a Revolução Liberal do Porto, no Brasil a elite estava dividida em dois grupos. Quais eram esses grupos?

---



---

4) Explique o que foi o “Dia do Fico”?

---



---



---